Estudos

Conhecer as religiões

Um novo desafio para a escola portuguesa

Como é que o Estado presta culto a Deus? Respondo: Garantindo e promovendo os direitos humanos na sua integridade, entre os quais está o direito à liberdade religiosa, que o Estado deve garantir também mediante a presença da religião/religiões na escola, não para converter os crentes à descrença ou os descrentes à fé, mas para tornar a todos lúcidos, como exigia Hegel.

A minha exposição tem dois momentos essenciais: a justificação da presença da religião na escola, o novo desafio do conhecimento das religiões na escola portuguesa.

1.

O primeiro momento tem como pressuposto a posição scheleriana sobre as formas ou impulsos do saber. Na sua Sociologia do saber, Max Scheler mostra como na base do esforço pelo conhecimento está um tríplice interesse e três impulsos: o interesse e impulso em ordem à salvação, que se expressa no saber teológico; o impulso metafísico, que se concretiza na filosofia enquanto dirigida para o conhecimento da essência das coisas; o impulso de domínio, que põe em marcha o saber científico-técnico, sobretudo a partir da modernidade e, mais concretamente, do positivismo1. Na mesma linha, também Karl-Otto Apel e sobretudo Jürgen Habermas sublinharam os três interesses cognoscitivos, que são constitutivos da espécie humana. Concebemos a realidade a partir de três perspectivas, que têm na base três orientações fundamentais: o *interesse técnico*, que corresponde ao interesse scheleriano de domínio e se traduz nas ciências empírico-analíticas; o interesse prático, que procede do impulso para o saber de formação e se refere ao sentido no âmbito das ciências histórico-hermenêuticas; o interesse emancipatório, que, num mundo secularizado, é a tradução do impulso scheleriano para a salvação².

Ao contrário do que pensou Augusto Comte nomeadamente, estas três formas, impulsos e interesses de saber

Anselmo Borges

Instituto de Estudos Filosóficos Universidade de Coimbra ¹M. Scheler, Sociología del saber (Buenos Aires 1973).

² J. Habermas, *Erkenintnis und Interesse* (Frankfurt/M. 1975). Pode ver-se uma boa síntese em: ADELA CORTINA, *Crítica y Utopía: La Escuela de Francfort* (Madrid 1986) 115-119.

não se encontram numa ordem de sucessão, de tal modo que acabariam por convergir e reduzir-se ao interesse científico-técnico. Pelo contrário, sendo constitutivos e vitais para o homem, têm de conviver.

Que é que isto quer dizer para o nosso tema? Para que o homem se mantenha autêntico e íntegro, nenhum destes impulsos pode ser anulado. Então, também a escola, até para ser fiel à sua raiz etimológica (do grego *scholê*: ócio, que não é preguiça, mas exercício da liberdade, que de modo nenhum se confunde com o negócio), não pode unilateralizar-se, como se fosse possível reduzir o interesse humano ao domínio científico-técnico. Em todos os graus, desde o pré-escolar à Universidade propriamente dita, a escola tem de ser universitária, no sentido de que tem de ser o parlamento das razões e englobar todos os saberes de forma integrada, orientando-se para a formação do ser humano segundo um paradigma ecuménico e holístico.

O ser humano é, constitutivamente, o ser da pergunta, do perguntar ilimitadamente, pois, estando nós referidos ao não-dito e indizível, toda a resposta é ela própria perguntável. Assim, quando se pergunta pelo próprio perguntar, isto é, pela perguntabilidade, não é difícil concluir que, em última instância, toda a pergunta tem como termo último o Infinito, dirige-se ao próprio Deus. Onde é que se fundamenta então a dignidade inviolável de ser homem senão precisamente na capacidade que o homem tem de colocar a questão de Deus enquanto questão? Se se reflectir até à raiz, concluir-se-á que o fundamento último dos direitos humanos é nesse estar referido estrutural do ser humano ao Infinito que reside: nessa referência constitutiva do homem à questão do Infinito precisamente enquanto questão (independentemente da resposta, positiva ou negativa, que se lhe dê), o homem aparece como fim e já não como simples meio. De facto, o que é que há para lá do Infinito? É por isso que, se a simples palavra "Deus" deixasse de existir, o homem deixaria de ser homem. Como escreveu Karl Rahner: "a morte absoluta da palavra 'Deus', uma morte que eliminasse até o seu passado, seria o sinal, já não ouvido por ninguém, de que o homem morreu"3. Com o eclipse de Deus, desaparece o sentido do mundo, que o homem "tenta em vão reencontrar mediante uma acumulação de racionalidade" 4. O mundo hoje parece encontrar-se perante um facto decisivo e mesmo único: se, independentemente da sua resposta positiva ou negativa, o homem já não vir pura e simplesmente necessidade de colocar a questão de Deus, isso significa que, pela primeira vez na sua história, a humanidade sucumbe à imediatidade, a uma visão fragmentária do aqui e agora e "abdica da sua procura de sentido" ⁵. Infelizmente, pode ser o que realmente está a contecer, como constatou já o marxista heterodoxo e ateu religioso Ernst Bloch, em diálogo com teólogos, concretamente com Karl Rahner: "Está a concretizar-se o que Nietzsche profetiza para o século XX: Vamos ao encontro de uma época de terrível miséria. Com sub-produção de transcendência" 6.

2.

Partamos de uma definição mínima de religião, por exemplo, a de A. J. Heschel: "Religião é a resposta às perguntas últimas do homem. Quando estas perguntas decisivas passam a ser indiferentes, a religião perde o seu significado e entra em crise" ⁷. Mas o que é facto é que não há a religião, mas religiões. A religião, tanto no sentido substancial como funcional, traduz-se e exprime-se sempre em religiões.

As constantes profecias do fim da religião de modo nenhum se confirmaram. O que se passa é que o tempo que é o nosso, por alguns chamado pós-moderno, tem um novo

48 REVISTA PORTUGUESA DE CIÊNCIA DAS RELIGIÕES

³ Karl Rahner, Grundkurs des Glaubens. Einführung in den Begriff des Christentums (Friburgo/Basileia/Viena 19852) 57-59.

⁴GEORGES MINOIS, Histoire de l'athéisme (Paris 1998) 587.

⁵Id., o. c., 588.

⁶ ERNST BLOCH, «Der Mensch des utopischen Realismus», in *Gespräche um Glaube und Wissen*. Dokumente der Paulus-Gesellschaft, Band XII (Munique 1965) 113.

⁷ A. J. Heschel, Gott sucht den Menschen, 1955, p. 3. Cit. in Manuel Fraijó (Ed.), Filosofía de la religión (Madrid 1994) 34.

macroparadigma, no qual uma das características fundamentais é o multiculturalismo, que no âmbito religioso tem o nome de macroparadigma pós-confessional, no sentido de leveza das relações de pertença a uma determinada confissão religiosa e de que as grandes religiões do mundo devem entrar em diálogo. É o diálogo ecuménico, não já apenas entre as confissões cristãs, mas da ecúmena, portanto, de toda a terra habitada, entre todas as religiões e incluindo, por direito próprio e por exigência da autocompreensão correcta da religião, também os ateus⁸.

Como não se cansa de repetir Hans Küng, neste novo macroparadigma, em que se joga a própria sobrevivência da humanidade, é urgente um consenso ético mínimo vinculante para toda a humanidade, pois não é possível uma nova ordem mundial sem um ethos mundial. E não haverá paz entre as nações, sem paz entre as religiões. E não haverá paz entre as religiões, sem diálogo inter-religioso ⁹.

A liberdade religiosa é mais substantiva do que a simples tolerância. Não se impõe por simples questão estratégica da paz ou por mera exigência da plena igualdade de todos perante a lei. A liberdade religiosa e o consequente diálogo inter-religioso estão implicados na autocompreensão adequada da religião. Deus é Mistério indizível, que as nossas palavras apenas tentam balbuciar na gaguez quase muda. As várias religiões são tentativas de dizer esse Mistério, mas é evidente que ao mesmo tempo que o revelam também o ocultam. É aqui que se fundamenta o diálogo ecuménico inter-religioso: precisamos de nos juntar, não para perder a identidade própria através de uma espécie de denominador comum religioso ou de uma religião unitária, mas para todos juntos tentarmos dizer melhor ou menos mal o Mistério de Deus, que transcende sempre o que possamos pensar ou dizer d'Ele.

Neste domínio, John Hick foi dos que levaram mais longe uma autocompreensão religiosa universalista do pluralismo religioso. Como é possível sair para fora do impasse que se traduz na pergunta: se, por um lado, os Deuses e Absolutos das grandes tradições religiosas não se reduzem a meras projecções da imaginação humana, como é que, por outro, podem ser pura e simplesmente idênticos à própria Realidade transcendente em si mesma, já que a Santíssima Trindade não é idêntica ao Alá do Islão ou ao Javé do judaísmo bíblico ou ao Vishnu ou Shiva do hinduísmo teísta, e nenhum destes, por sua vez, pode ser idêntico ao Brahman não pessoal ou ao Tao? De facto, os monoteísmos que afirmam o Deus pessoal não parecem ser compatíveis com um Absoluto não pessoal enquanto ultimidade. A resposta de Hick é clara. Partindo de uma certa interpretação do fenómeno e do noúmeno em Kant, afirma a necessidade de distinguir entre "a Realidade divina última como é em si mesma e como se manifesta dentro da experiência e do pensamento humanos" 10. A Realidade última an sich está para lá dos esquemas conceptuais da nossa experiência humana, que incluem, por exemplo, a distinção de pessoal/não pessoal, substância/processo... O Último em si mesmo é ao mesmo tempo o inefável e o que é experienciado e pensado no âmbito das diferentes tradições religiosas, que são diferentes respostas humanas à sua presença universal. A Realidade última divina é percebida nas várias tradições religiosas "como se tivesse diferentes caracteres concretos que são produtos ao mesmo tempo da presença universal do Divino e de um conjunto particular de conceitos humanos e práticas religiosas" 11. Como já tinham intuído os místicos, o que é decisivo é que não se pode confundir pura e simplesmente Deus em si mesmo e Deus para nós.

Revista Portuguesa de Ciência das Religiões 49

⁸Cf. Anselmo Borges, «Sobre o diálogo inter-religioso», in *Igreja e Missão* 182 (1999) 343-361.

⁹ H. KÜNG, Projekt Weltethos (Munique/Zurique 1990); Id., Spurensuche. Die Weltreligionen auf dem Weg (Munique/Zurique 1999²).

[`] iº J. Híck, «Hacia una comprensión religiosa de la religión», in J. Gómez Caffarena y J. M. Mardones (Eds.), Estudiar la religión, Materiales para una filosofía de la religión, III (Barcelona 1993) 105

Estudiar la religión. Materiales para una filosofía de la religión. III (Barcelona 1993) 105.

"Id., o. c., 109. Para uma visão mais aprofundada, ver: Id., An Interpretation of Religion (Londres 1989) e também Paul F. Knitter, No Other Name? A Critical Survey of Christian Attitudes Toward the World Religions (Nova Iorque 1985). Para o filósofo jesuíta J. Gómez Caffarena, «El pluralismo socio-cultural como posibilid

Aí está, pois, um novo desafio para a escola portuguesa: o conhecimento das religiões. É um desafio, porque implica o que o insigne Reitor da Universidade Lusófona chamou uma "Ruptura Ecuménica Primordial", que obriga a passar, também em Portugal, onde reinou o unanimismo religioso e frequentemente a consequente passividade mental, de "uma concepção monoparadigmática, centralista e imperialista" a "uma concepção pluralista, ecuménica e democrática da verdade", de modo que todos os sujeitos (indivíduos e grupos, igrejas e comunidades) "se sintam aquilo que na verdade são: todos diferentes (nas suas crenças e convicções) e todos iguais (nos seus direitos e deveres)", e isto nos três círculos ascendentes: do ecumenismo cristão, do ecumenismo religioso, do ecumenismo humano 12.

Se a escola aceitar este desafio, formará na e para a liberdade na dignidade, no e para o respeito do outro no diálogo, no e para o ecumenismo humanista, nos e para os direitos humanos, na e para a cultura (contra os seus críticos, Ernst Bloch justificava o espaço dado nas suas aulas de História da Filosofia à Bíblia, na Universidade de Leipzig, ainda no tempo da RDA, mostrando que sem ela não se entende nada da literatura, da música, da arte em geral, concretamente no Ocidente ¹³), na e para a verdade sempre maior, que supera todo o niilismo e impede toda a forma de totalitarismo e a fixação em pseudo-absolutos intra-históricos.



Em Maio de 1999, no Fórum sobre o diálogo inter-religioso, realizado na Universidade Lusófona, foi-me perguntado como é que o Estado presta culto a Deus. Respondo: Garantindo e promovendo os direitos humanos na sua integridade, entre os quais está o direito à liberdade religiosa, que o Estado deve garantir também mediante a presença da religião/religiões na escola, não para converter os crentes à descrença ou os descrentes à fé, mas para tornar a todos lúcidos, como exigia Hegel. Por outras palavras, garantindo na escola a presença da questão de Deus *enquanto questão*. Ora, como repetia Martin Heidegger, precisamente "a pergunta é a piedade do pensamento" (*die Frage ist die Frömmigkeit des Denkens*) 14.

50 REVISTA PORTUGUESA DE CIÊNCIA DAS RELIGIÕES

y desafío para la fe», in VV., Pluralismo socio-cultural y fe cristiana, Congreso de Teología de las Facultades de Vitoria y Deusto (Bilbao 1990) 33, é «indubitável» que esta posição de John Hick referente à convergência dos crentes das grandes tradições religiosas à volta de «uma Realidade Última salvadora (personalizada ou não) e de um transcender do ser humano para a salvação plena na dita Realidade (salvação concebível de mais de um modo)» exerce fascínio e «vai difundir-se , até formar talvez a religião de não poucos (embora sempre minoria)». «Será seguramente o diálogo inter-religioso, assim como, mais amplamente, um diálogo ecuménico de todas as posições humanistas, que nos irá descobrindo matizes e possibilidades que hoje não é fácil ver.»

¹² FERNANDO SANTOS NEVES, «Uma ruptura ecuménica primordial», in Público, 25-09-2000, p. 25.

¹³ ERNST BLOCH, Antike Philosophie. Leipziger Vorlesungen zur Geschichte der Philosophie, Band I (Frankfurt/M. 19892) 450-452.

¹⁴M. Heidegger, «Die Frage nach der Technik», *in* Id., *Vorträge und Aufsätze*, I (Pfullingen 1967) 34 e 36.